

# Demonstrações Financeiras

2022



**RORAIMA ENERGIA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Com o relatório dos auditores independentes

# **RORAIMA ENERGIA S.A.**

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**31 DE DEZEMBRO DE 2022**

### **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	03
Demonstração financeiras	
Balanco patrimonial .....	06
Demonstração dos resultados .....	08
Demonstração dos resultados abrangentes.....	09
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	13



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Administradores e acionistas  
**Roraima Energia S.A.**  
Manaus - Amazonas

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Roraima Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Roraima Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se

concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2023.

**Crowe Macro Auditores Independentes**  
CRC 2SP033508/O-1



**Dalton Frias Herculano**  
Contador – CRC1SP292951/O-0



**Luciana Toniolo Meira**  
Contador – CRC1SP254.829/O-8

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Balço patrimonial em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	224.887	81.004
Clientes	8	143.531	122.403
Direito de ressarcimento	9	108.136	183.168
Almoxarifado	10	56.680	38.243
Tributos a recuperar	11	9.633	3.684
Ativos setoriais	12	13.741	11.203
Outras contas a receber	13	6.626	68.739
		<b>563.234</b>	<b>508.444</b>
<b>Não circulante</b>			
Clientes	8	16.953	15.621
Tributos a recuperar	11	-	5.959
Tributos diferidos	11.1	91.503	-
Cauções e depósitos judiciais	23	24.836	24.037
Ativos de contrato	14	28.044	47.199
Direito de uso	15	338.148	-
Ativo financeiro - concessões	16	74.785	50.030
Imobilizado	17	78.438	72.414
Intangível	18	499.426	460.262
		<b>1.152.133</b>	<b>675.522</b>
<b>Total</b>		<b>1.715.367</b>	<b>1.183.966</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**RORAIMA ENERGIA S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	19	211.926	256.183
Empréstimos e financiamentos	20	317.280	75.063
Tributos a recolher	11	49.886	45.818
Obrigações trabalhistas e sociais	-	4.883	3.656
Contas a pagar Eletrobras	-	6.692	4.974
Pesquisa e desenvolvimento	22	34.092	2.782
Passivos setoriais	12	9.535	53.993
Passivos da CERR	24	-	29.276
Outras contas a pagar	25	19.113	4.396
		<b>653.407</b>	<b>476.141</b>
<b>Não circulante</b>			
Fornecedores	19	5.275	-
Empréstimos e financiamentos	20	708.225	603.963
Tributos a recolher	11	53.125	44.997
Contas a pagar Eletrobras	-	5.577	13.974
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	23	66.068	123.871
Benefícios pós-emprego	-	1.700	213
Pesquisa e desenvolvimento	22	1.608	24.715
		<b>841.578</b>	<b>811.733</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	26	1.202.323	1.202.323
Reservas de subvenção	-	81.613	39.107
Ajustes de avaliação patrimonial	-	221.189	222.520
Prejuízos acumulados	-	(1.284.743)	(1.567.858)
		<b>220.382</b>	<b>(103.908)</b>
<b>Total</b>		<b>1.715.367</b>	<b>1.183.966</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	27	<b>841.019</b>	<b>529.587</b>
<b>Custos operacionais</b>	28	<b>(552.002)</b>	<b>(401.373)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica	28	(804.797)	(269.302)
Matéria prima e insumos	28	427.586	(13.056)
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal, material e serviços	28	(63.976)	(58.815)
Depreciação e amortização	28	(19.975)	(19.326)
<b>Custo de construção</b>	28	(90.840)	(40.874)
<b>Lucro bruto</b>		<b>289.017</b>	<b>128.214</b>
Receitas (despesas) operacionais	28	39.076	(57.550)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>328.093</b>	<b>70.664</b>
Resultado financeiro líquido	29	(71.242)	(28.437)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>256.851</b>	<b>42.227</b>
Imposto de renda e contribuição social	30	26.264	(38.032)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>283.115</b>	<b>4.195</b>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.**

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	283.115	4.195
Outros resultados abrangentes	(1.331)	490
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>281.784</b>	<b>4.685</b>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.**

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)</b>	<b>1.202.323</b>	<b>(19.338)</b>	<b>7.598</b>	<b>(1.572.053)</b>	<b>(381.470)</b>
Ganho com benefício pós-emprego	-	490	-	-	490
Reembolso da conta de consumo de combustível	-	241.368	-	-	241.368
Reservas de subvenção	-	-	31.509	-	31.509
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.195	4.195
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.202.323</b>	<b>222.520</b>	<b>39.107</b>	<b>(1.567.858)</b>	<b>(103.908)</b>
Perda com benefício pós-emprego	-	(1.331)	-	-	(1.331)
Reservas de subvenção	-	-	42.506	-	42.506
Lucro líquido do exercício	-	-	-	283.115	283.115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.202.323</b>	<b>221.189</b>	<b>81.613</b>	<b>(1.284.743)</b>	<b>220.382</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>283.115</b>	<b>4.195</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação do imobilizado	1.148	995
Depreciação de direitos de uso	264.719	66.768
Depreciação de obrigações especiais	(8.139)	(6.178)
Amortização do intangível	31.163	29.173
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	106.328	43.356
Despesa com provisão para perdas de créditos esperadas	(32.087)	(43.191)
Despesa com atualização dos processos judiciais	11.436	17.503
Despesa (Reversão) com provisão para riscos trabalhistas	(65.141)	10.279
Receita de Avaliação a Valor Justo – AVJ	(12.391)	(28.219)
Reembolso CCC	-	241.368
Lucro da exploração Sudam	42.506	31.509
Avaliação atuarial	(1.331)	490
Impostos diferidos	-	(4.995)
Ajuste no intangível	(65)	420
	<b>621.261</b>	<b>363.473</b>
<b>Aumento/redução dos ativos</b>		
Clientes	9.627	15.785
Direito de ressarcimento	75.032	(166.338)
Almoxarifado	(18.437)	(7.693)
Tributos a recuperar	(91.493)	25.652
Ativos setoriais	(2.538)	127.427
Cauções e depósitos vinculados	(799)	(1.450)
Outras contas a receber	62.113	88.457
<b>Aumento/redução dos passivos</b>		
Fornecedores	(38.982)	(30.111)
Tributos a recolher	12.196	26.248
Obrigações trabalhistas e sociais	1.227	(1.462)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	(4.098)	(100)
Pesquisa e desenvolvimento	8.203	708
Passivos setoriais	(44.458)	(16.123)
Passivos da CERR	(29.276)	(58.466)
Passivos da Eletrobras	(6.679)	(279)
Benefícios pós-emprego	1.487	(566)
Outras contas a pagar	14.717	(6.053)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>569.103</b>	<b>359.109</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(27.975)	(12.288)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>541.128</b>	<b>346.821</b>

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>(Continuação)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de ativos de contrato	(51.837)	(50.272)
Aquisição de imobilizado	(6.823)	(1.234)
Aquisição de intangível	(606.711)	(4.837)
<b>Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento</b>	<b>(665.371)</b>	<b>(56.343)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos	602.867	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(334.741)	(243.452)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento</b>	<b>268.126</b>	<b>(243.452)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>143.883</b>	<b>47.026</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.004	33.978
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	224.887	81.004
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>143.883</b>	<b>47.026</b>

**As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras**



**1. Contexto operacional**

A Roraima Energia S.A. (“Companhia” ou “RRE”), é uma sociedade por ações de capital fechado, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, sob o controle acionário da Oliveira Energia Geração e Serviços S.A.

A Companhia detém concessão válida até dezembro de 2048, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no estado de Roraima, conforme Contrato de Concessão nº 04/2018, assinado em 11 de dezembro de 2018, com atuação em todo o estado de Roraima, atendendo a 199.555 consumidores em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui sede na cidade de Boa Vista, estado de Roraima.

**Conta-Covid**

Para aliviar parcialmente os impactos financeiros sofridos pelas distribuidoras causada pela pandemia COVID-19, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 885/2020 que regulamentou o Decreto nº 10.350 de 2020 para a criação da Conta-Covid. A Conta-Covid antecipou recursos financeiros para as distribuidoras via o mecanismo tarifário.

Em 31 de dezembro de 2021, conforme os Despachos 2.177/2020, 2.353/2020, 2.640/2020, 2.914/2020, 3.197/2020 e 3.490/2020 respectivamente, publicados pela ANEEL, a Companhia recebeu o montante de R\$ 60.303 da Conta-Covid, sendo:

	31/07/2020	12/08/2022	14/09/2020	13/10/2020	12/11/2020	14/12/2020	Total
Valor recebido	57.318.582,03	602.922,28	551.705,08	632.766,35	605.238,70	591.927,76	60.303.142,21

A cobertura tarifária para este dispêndio dada no Reajuste Tarifário Anual – RTA no ano de 2021, foram amortizados no decorrer do ano tarifário (Nov./2021-Out./2022) devidamente cobertos pela tarifa vigente, cabendo a concessionária o repasse destes a CDE (vide nota explicativa nº 9 – Ativos e passivos financeiros setoriais).

**Plano de Resultado Econômico-Financeiro**

Em 02 de março de 2022, a ANEEL reportou-se ao Processo 48500.002805/2018-11, referente ao Plano de Resultados para fins de reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, através do Ofício nº 43-2022 SFF/ANEEL, de 22 de fevereiro de 2022, e Nota Técnica nº 29-2022 SFF/ANEEL, em que a análise concluiu pela sua aprovação com ressalvas e acompanhamento trimestrais do resultado econômico-financeiro com a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF a partir de outubro de 2021.

A análise do acompanhamento pela SFF/ANEEL nos primeiros 12 (doze) meses do Plano de resultados (outubro de 2021 a setembro de 2022) indicou evolução no fluxo de caixa em relação aos períodos anteriores e dentro da projeção, manteve-se a previsão de recebimentos de precatórios e as despesas gerenciáveis apresentaram proximidade do PMSO com o nível regulatório.

De toda forma, percebeu-se a evolução na geração de caixa e, junto ao recebimento dos precatórios e do acordo com o Serviço público, a situação econômico-financeira da Companhia está convergindo para a sustentabilidade.

A Companhia apresentou em 2022 patrimônio líquido positivo, no montante de R\$ 220.382 (negativo de R\$ 103.908 em 2021), tendo apurado lucro de R\$ 283.115 (lucro de R\$ 4.195 em 2021). A Administração, implementou ações objetivando a redução dos custos operacionais, do índice de perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

## **2. Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BR GAAP) e as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 07 de março de 2023.

## **3. Moeda funcional e base de mensuração**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em milhares de reais foram arredondados para o milhar mais próximo.

## **4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Continuidade operacional – Contexto operacional (nota explicativa nº 1);
- Provisão para perdas esperadas (nota explicativa nº 8);
- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público (nota explicativa nº 16); e
- Provisão para contingências (nota explicativa nº 23).

Os valores definidos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

### **Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 15 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

## **5. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico.

## **6. Principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### **a. Instrumentos financeiros**

#### Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### Classificação e mensuração subsequente

##### Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é registrado no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desconhecidos.



### **Passivos financeiros**

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2022 e 2021.

### **b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 (doze) meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

#### Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

#### Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares.

Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento e estoques) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **c. Almoxarifado**

São avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado de realização.

#### **d. Cauções e depósitos judiciais**

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

**e. Ativos de contrato**

Deve-se ao direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela norma contábil NBC TG 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ITG 01 (R1) – Contratos de concessão, devem ser classificados como Ativos de contrato (infraestrutura de construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro pela reversão infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção para intangível da concessão.

Os ativos de contrato são reconhecidos a valor justo da data da sua aquisição ou construção e estão sujeitos à análise de perdas esperadas, conforme NBC TG 48 – Instrumentos financeiros.

**f. Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com base nas taxas fiscais, e leva em consideração o tempo de vida útil determinada pela legislação fiscal com os respectivos valores residuais.

A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens.

**g. Intangível**

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor

do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas, incluem também gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### **h. Ativos e passivos setoriais**

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a concessionária autorizada a

cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela Aneel): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita das distribuidoras é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. As receitas das concessionárias são afetadas pelo volume de energia entregue e pela tarifa.

A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:



- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, ou seja, os custos incorridos pelas distribuidoras, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

#### **i. Arrendamentos**

A Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme a NBC TG 06 (R3). Os detalhes das políticas contábeis conforme NBC TG 06 (R3) são divulgados separadamente.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento na NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos.

#### **Como arrendatário**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e

não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará a NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes, para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desconhecimento e redução ao valor recuperável da NBC TG 48 – Instrumentos financeiros ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no exercício comparativo não foram diferentes da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, exceto para a classificação do subarrendamento celebrado durante o exercício do relatório atual que resultou em uma classificação de arrendamento financeiro.

#### **Como arrendatário**

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

#### **j. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado compreendem os tributos correntes.

**k. Benefício pós-emprego**

A Companhia patrocina vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos.

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no balanço, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

**l. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

**m. Capital social**

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

**n. Receita operacional líquida**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Fornecimento de energia elétrica	Os consumidores obtêm a energia no momento em que são fornecidas. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida aos consumidores.
TUSD	A tarifa de uso do serviço de distribuição - TUSD é cobrada dos consumidores juntamente ao fornecimento de energia, onde parte é tarifa de energia e outra parte é TUSD. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida aos consumidores.
Venda de energia	Venda de energia adquirida em leilões de energia junto a CCEE, por delegação da Aneel. Não há expectativa de devoluções e devem ser pagas em 3 parcelas vincendo em 25, 35 e 45 dias, conforme cronograma regulatório. A CCEE realiza a medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. As diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas para posterior liquidação financeira no Mercado de Curto Prazo - MCP.	A receita é reconhecida quando a energia é fornecida no mercado de curto prazo do sistema interligado.
Receita de construção	Vinculada à parte do segmento de distribuição de energia elétrica, cuja obrigação de desempenho é atendida na medida que for entregue o ativo ou serviço contratado.	A receita é reconhecida na medida que a contratada transferir o ativo a Companhia.
CVA	A Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA destinada a registrar as variações, ocorridas no período entre reajustes tarifários. Na definição anual dos valores do custo de energia e encargos do sistema nos reajustes/revisões anuais de tarifa pelo ACR - Ambiente de Contratação Regulatório médio.	O ajuste (positivo ou negativo) na receita é reconhecida no pagamento ao fornecedor do valor efetivo, comparando o valor do custo na tarifa homologada pela Aneel e a tarifa praticada efetivamente, essa diferença é registrada em Receita.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tipo de produto	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita não faturada	O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante faturado / dias A faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e energia é fornecida aos consumidores. pelo comportamento do consumo da rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).	A receita é reconhecida quando a taxa é cobrada do cliente junto com as faturas mensais.
Outras receitas	Refere-se substancialmente as taxas, subvenções e baixa renda, além de rendas de serviços prestados a consumidores. As faturas são emitidas mensalmente e devem ser pagas no prazo de 30 dias.	Os serviços sob um único contrato ocorrem em períodos diferentes, a contraprestação será alocada com base em seus preços de venda individuais. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.

**o. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e parcelamentos.

Receitas e despesas financeiras com juros são calculadas com base no método da taxa efetiva de juros.

**p. Assuntos regulatórios**

**Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios**

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

**Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

A CDE é um fundo setorial que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro, tais como: universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concessão de descontos tarifários a diversos usuários do serviço (baixa renda, rural; irrigante; serviço público de água, esgoto e saneamento; geração e consumo de energia de

fonte incentivadas, etc.); modicidade da tarifa em sistemas elétricos isolados (Conta de Consumo de Combustíveis – CCC); competitividade da geração de energia elétrica a partir da fonte carvão mineral nacional; entre outros.

Além disso, a partir de 2015 foram acrescidos na quota CDE, a “CDE Energia” instituída por meio do Decreto 7.891/2013, cujo objetivo era (i) neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência de que trata o art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica; (ii) cobrir o custo adicional para as concessionárias de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas acionadas em razão de segurança energética, conforme decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico; (iii) neutralizar a exposição contratual involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa e bancos	29.396	7.324
Aplicações financeiras de liquidez imediata	195.491	73.680
	<b>224.887</b>	<b>81.004</b>

Caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e banco conta movimento para custear as obrigações correntes da companhia, bem como aplicações financeiras realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como característica alta liquidez, baixo risco e sem restrição de uso, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por fundos de investimentos, conjuntamente com certificados de depósitos bancários e poupança, com rentabilidade média de 11,66%, nos últimos 12 meses.

## 8. Clientes

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

Descrição	2022	2021
<b>Circulante</b>		
Consumidores (a)	144.460	131.906
Suprimento	59	2.908
Parcelamentos (b)	67.044	51.176
Provisão para perdas esperada	(68.032)	(63.587)
	<b>143.531</b>	<b>122.403</b>
<b>Não circulante</b>		
Parcelamentos	33.431	38.625
Provisão para perdas esperada (c)	(16.478)	(23.004)
	<b>16.953</b>	<b>15.621</b>
	<b>160.484</b>	<b>138.024</b>

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (a) Variação ocorreu devido a homologação da Resolução ANEEL nº 3.133/2022 que reajustou a tarifa em 27,10%. Perfazendo um aumento de 7% no faturamento.
- (b) Em 2021 em decorrência da Lei que restringia a possibilidade de interrupção no fornecimento, o número de faturas em aberto aumentou. Com isso à Companhia iniciou campanhas de negociações e parcelamento, fato este que justifica a variação dos parcelamentos.
- (c) A transferência do não circulante para o circulante do contrato de parcelamento da Classe Serviço Público.



**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Vincendos	Vencidos		2022		2021	
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias		PCLD		PCLD
<b>Circulante</b>							
<b>Consumidores</b>	<b>99.561</b>	<b>32.234</b>	<b>12.665</b>	<b>144.460</b>	<b>(12.857)</b>	<b>131.906</b>	<b>(28.406)</b>
Residencial	56.861	20.724	4.827	82.412	(5.204)	79.697	(12.426)
Industrial	2.705	619	475	3.799	(528)	2.648	(390)
Comércio	23.778	4.684	416	28.878	(228)	20.696	(306)
Rural	2.726	2.005	937	5.668	(340)	5.984	(270)
Poder público	8.175	1.752	3.283	13.210	(3.348)	10.043	(4.135)
Iluminação pública	1.727	390	1.161	3.278	(1.387)	2.836	(877)
Serviço público	3.589	2.060	1.566	7.215	(1.822)	10.002	(10.002)
<b>Suprimento</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59</b>	<b>-</b>	<b>2.908</b>	<b>-</b>
CCEE	59	-	-	59	-	2.908	-
<b>Parcelamentos</b>	<b>53.477</b>	<b>5.183</b>	<b>8.384</b>	<b>67.044</b>	<b>(55.175)</b>	<b>51.176</b>	<b>(35.181)</b>
Residencial	23.663	4.235	3.082	30.980	(22.015)	25.888	(15.702)
Industrial	773	197	728	1.698	(1.316)	1.907	(1.257)
Comércio	1.699	372	256	2.327	(1.110)	3.466	(1.345)
Rural	282	47	62	391	(492)	1.526	(1.165)
Poder público	1.500	304	239	2.043	(891)	2.330	(346)
Iluminação pública	447	28	-	475	(221)	380	-
Serviço público	25.113	-	4.017	29.130	(29.130)	15.679	(15.366)
	<b>153.097</b>	<b>37.417</b>	<b>21.049</b>	<b>211.563</b>	<b>(68.032)</b>	<b>185.990</b>	<b>(63.587)</b>
<b>Não circulante</b>							
<b>Parcelamentos</b>	<b>33.431</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33.431</b>	<b>(16.478)</b>	<b>38.625</b>	<b>(23.004)</b>
Residencial	20.305	-	-	20.305	(13.415)	13.143	(7.939)
Industrial	762	-	-	762	(173)	1.277	(858)
Comércio	1.283	-	-	1.283	(649)	1.538	(657)
Rural	158	-	-	158	(66)	576	(340)
Poder público	9.513	-	-	9.513	(1.294)	8.521	(373)
Iluminação pública	1.410	-	-	1.410	(881)	733	-
Serviço público	-	-	-	-	-	12.837	(12.837)
	<b>186.528</b>	<b>37.417</b>	<b>21.049</b>	<b>244.994</b>	<b>(84.510)</b>	<b>224.615</b>	<b>(86.591)</b>

**Provisão para perdas esperadas**

Os saldos relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes estão sujeitos à análise de perdas de créditos esperadas, conforme a norma contábil aplicada. A Companhia utilizou uma abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento do contas a receber, cujos percentuais de adimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado de cada mês. A Companhia utilizou uma base de 12 meses, segregada por classe de consumo e a Administração considera suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>		
Residencial	(27.220)	(28.128)
Comercial	(1.338)	(1.651)
Industrial e rural	(2.676)	(3.082)
Poder público	(4.238)	(4.481)
Serviço público	(30.952)	(25.368)
Iluminação pública	(1.608)	(877)
	<b>(68.032)</b>	<b>(63.587)</b>
<b>Não circulante</b>		
Residencial	(13.415)	(7.939)
Comercial	(649)	(657)
Industrial e rural	(240)	(1.198)
Poder público	(1.293)	(373)
Serviço público	-	(12.837)
Iluminação pública	(881)	-
	<b>(16.478)</b>	<b>(23.004)</b>
	<b>(84.510)</b>	<b>(86.591)</b>

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldo no início do exercício	(86.591)	(106.494)
Constituição	(121.470)	(17.304)
Reversão	153.557	60.495
Recuperação/Baixa por perda	(30.006)	(23.288)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(84.510)</b>	<b>(86.591)</b>

Há contas a receber de consumidores dados em garantia de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 10.861 (ver nota explicativa nº 20).

**9. Direito de ressarcimento**

São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível - CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos a contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento aos serviços público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados.

Segue abaixo o detalhamento dos créditos a receber junto à CCC:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Custo total de geração – recebimentos (a)	105.535	181.070
CDE	2.601	2.098
	<b>108.136</b>	<b>183.168</b>

(a) A variação foi em virtude dos valores a receber de PIS e COFINS sobre a recuperação de tributos do ano de 2020, totalizando o valor de R\$ 106.756 mil, recebidos totalmente em 2022, conforme Despacho da ANEEL nº 3.976/2021.

**10. Almoxarifado**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Estoque de combustível (a)	51.010	34.687
Outros materiais	5.670	3.556
	<b>56.680</b>	<b>38.243</b>

(a) Estoque de combustível para geração de energia.

**11. Tributos e Contribuições**

<b>Ativo</b>	<b>2022</b>		<b>2021</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
ICMS (a)	-	-	-	5.959
Tributos Retidos na fonte (b)	6.313	-	956	-
PIS a recuperar (c)	1.632	-	2.257	-
COFINS a recuperar (c)	1.688	-	471	-
	<b>9.633</b>	<b>-</b>	<b>3.684</b>	<b>5.959</b>

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Passivo</b>				
ICMS faturamento	15.124	-	10.427	-
CSLL (d)	22.734	-	15.292	-
CSLL parcelamento	4.572	11.654	-	-
PIS/COFINS faturamento	-	-	6.021	-
PIS diferido	-	5.375	81	5.375
COFINS diferido	-	25.169	499	25.169
ISS/CIP	442	-	468	-
Impostos retidos na fonte	547	-	5.211	-
INSS	941	-	1.239	-
FGTS	279	-	247	-
Parcelamento PIS/COFINS	5.190	10.812	4.989	14.453
Outros tributos	57	115	1.344	-
	<b>49.886</b>	<b>53.125</b>	<b>45.818</b>	<b>44.997</b>

- (a) Houve a baixa de créditos de ICMS devido ao não reconhecimento pelo regime diferido na legislação estadual.
- (b) Registros de créditos de tributos federais retidos IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.
- (c) Em 2021 foram recebidos valores de pleitos junto à ANEEL e CCEE que aumentaram a base de cálculo de PIS e COFINS, o que causou a variação dos tributos de um exercício para o outro.
- (d) Os saldos de IRPJ e CSLL referem-se, principalmente, aos tributos devidos sujeitos a apuração do lucro.

### 11.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	-
Reconhecido no resultado do exercício	<b>91.503</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>91.503</b>

**12. Ativos e passivos setoriais**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativo circulante</b>		
CDE (a)	12.172	2.695
Custo de aquisição de energia elétrica (b)	1.569	8.508
	<b>13.741</b>	<b>11.203</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Conta Covid (c)	-	42.523
CVA - Parcela A	6.338	8.801
Componentes financeiros – demanda	3.197	2.669
	<b>9.535</b>	<b>53.993</b>

- (a) Os montantes registrados no ativo circulante referem-se tanto aos valores já homologados pela ANEEL, quando do reajuste tarifário concluído em novembro de 2022, quanto aos montantes registrados como estimativa da formação da CVA a ser homologada na próxima revisão tarifária, previsto novembro de 2023. O aumento deve-se substancialmente a constituição no período.
- (b) A constituição de Custo de Energia em 2021 homologada foi superior a 2022, em decorrência do custo de energia durante o ciclo tarifário ser inferior ao ACR médio.
- (c) As amortizações da parcela “A” e “B” vinculados a conta COVID-19 fazem com que o saldo da obrigação venha reduzindo de um exercício para o outro.

**13. Outras contas a receber**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>		
CCC CCEAR (a)	-	60.048
Parcelamento CAER (b)	85.248	-
Serviços Prestados	7.018	7.798
Demais ativos	1.731	2.016
Provisão p/ Perdas (b)	(87.371)	(2.123)
	<b>6.626</b>	<b>68.739</b>

- (a) O direito apresentado são valores a serem ressarcidos pela CCC à Companhia referentes a receita auferida no MCP inferior aos custos incorridos e homologados na Resolução Homologatória do ajuste tarifário nº 2968/2021, art. 10.
- (b) Valores do contrato de parcelamento da Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Roraima-CAER, razão do aumento nestas rubricas.

**14. Ativos de contrato**

Trata-se do direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente, conforme determinado pela NBC TG 47 – Receita de contratos com clientes, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ITG 1 (R1) - Contratos de Concessões.

O saldo é composto pelas obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os

valores são transferidos Intangível em serviço da Concessão referente à parcela a ser amortizada pelos meses previstos no período do de vigência do contrato de concessão e para o Ativo Financeiro da Concessão referente à parcela não amortizada no contrato de concessão, as adições inicialmente deem ser classificadas como ativo de contrato pois a Companhia terá o direito de:

- (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou
- (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão.

Os ativos de contrato são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Distribuição</b>				
Custo	136.674	90.841	(81.337)	146.178
Obrigações especiais	(89.475)	(39.004)	10.345	(118.134)
	<b>47.199</b>	<b>51.837</b>	<b>(70.992)</b>	<b>28.044</b>
	<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>Adições (a)</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
<b>Distribuição</b>				
Custo	78.493	64.869	(6.688)	136.674
Obrigações especiais	(19.069)	(14.597)	(55.809)	(89.475)
	<b>59.424</b>	<b>50.272</b>	<b>(62.497)</b>	<b>47.199</b>

(a) valores transferidos para o Intangível no exercício, para bifurcação entre ativo intangível e ativo financeiro.

Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL e a Companhia entende como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos são remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada aos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

## 15. Direitos de uso

A Companhia reconheceu como direito de uso todos os contratos de arrendamento com Produtores Independentes de Energia - PIE's, que atenderam o conceito da norma de contabilidade NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos. Esses ativos estão sendo depreciados pelo prazo do contrato de arrendamento.

Abaixo está apresentada a movimentação do saldo no exercício.

## RORAIMA ENERGIA S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em 01/01/2022</b>	<b>Adição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Arrendamentos	-	602.867	(264.719)	338.148
<b>Contratos de arrendamentos</b>		<b>Vencimento</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Oliveira Energia nº 11246/16 e 10211/14		30/09/2024	232.297	-
Oliveira Energia nº 14238/19 e 13467/19		24/10/2023	34.690	-
Aggreko Energia nº 13258/19		31/12/2023	28.270	-
Soenergy Sistemas nº 14437 e 14438/19		31/12/2023	42.891	-
			<b>338.148</b>	<b>-</b>

### 16. Ativo financeiro – concessões

Refere-se a Infraestrutura recebida ou construída para a atividade de distribuição, sendo está recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- parte por meio do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente..

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados aos ativos reversíveis, ainda não amortizados, e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir o crescimento de mercado, a qualidade e a continuidade do serviço público concedido.

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do ativo financeiro - concessão em curso e em serviço:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Distribuição</b>				
Em serviço	50.030	21.807	2.948	74.785

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Distribuição</b>				
Em serviço	30.580	18.359	1.091	50.030

### 17. Imobilizado

Os itens imobilizados são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e por perdas ao valor recuperável, quando aplicável.

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do Imobilizado em curso e em serviço:

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Em serviço	29.834	-	6.136	35.970
Depreciação acumulada	(23.060)	(1.148)	-	(24.208)
Em curso	65.640	6.823	(5.787)	66.676
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>72.414</b>	<b>5.675</b>	<b>349</b>	<b>78.438</b>

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Em serviço	46.218	2	(16.386)	29.834
Depreciação acumulada	(35.955)	(995)	13.890	(23.060)
Em curso	68.829	1.232	(4.421)	65.640
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>79.092</b>	<b>239</b>	<b>(6.917)</b>	<b>72.414</b>

A Companhia calcula e contabiliza a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil dos bens, sendo que, para o exercício atual as taxas médias vigentes, por tipo de Unidade de Cadastro – UC, são as seguintes:

<b>Administração</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
TUC-230   Equipamento geral	6,24%	10,40%
TUC-235   Equipamento de Informática	16,67%	16,53%
TUC-215   Edificação	3,33%	3,48%
TUC-615   Veículos	14,29%	14,87%

**18. Intangível**

Por natureza, está apresentada abaixo a movimentação do Intangível em curso e em serviço:

<b>Descrição</b>	<b>Saldo em 01/01/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferência / Ajustes</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Vinculados à concessão</b>				
<b>Em serviço</b>				
Custo	939.960	-	68.833	1.008.793
Amortização acumulada	(297.925)	(30.775)	-	(328.700)
Obrigações especiais	(232.535)	(15)	(10.346)	(242.896)
Amortização (obrigações especiais)	40.766	8.139	-	48.905
	<b>450.266</b>	<b>(22.651)</b>	<b>58.487</b>	<b>486.102</b>
<b>Não vinculados à concessão</b>				
<b>Administração</b>				
Em serviço	17.541	-	5.997	23.538
Amortização acumulada	(17.541)	(388)	-	(17.929)
Em curso	9.996	3.859	(6.140)	7.715
	<b>460.262</b>	<b>(19.180)</b>	<b>58.344</b>	<b>499.426</b>



**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Adições	Transferência / Ajustes	Saldo em 31/12/2021
<b>Vinculados à concessão</b>				
<b>Em serviço</b>				
Custo	904.470	9.860	25.630	939.960
Amortização acumulada	(255.501)	(29.173)	(13.251)	(297.925)
Obrigações especiais	(288.339)	(5)	55.809	(232.535)
Amortização (obrigações especiais)	34.588	6.178	-	40.766
	<b>395.218</b>	<b>(13.140)</b>	<b>68.188</b>	<b>450.266</b>
<b>Não vinculados à concessão</b>				
<b>Administração</b>				
Em serviço	17.541	-	-	17.541
Amortização acumulada	(17.541)	-	-	(17.541)
Em curso	5.439	4.842	(285)	9.996
	<b>400.657</b>	<b>(8.298)</b>	<b>67.903</b>	<b>460.262</b>

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

Ao final do período de concessão, para efeitos de cálculo da indenização dos bens vinculados à concessão e reversíveis a União, o saldo remanescente dessas obrigações especiais, se houver, será deduzido do valor residual dos ativos, ambos avaliados de acordo com o critério a ser definido pelo poder concedente.

Saldo referente aos demais tipos de intangíveis, não vinculados ao contrato de concessão, formado substancialmente por Licenças de Direitos de Uso (Softwares) e Serviços sua amortização ocorre de forma linear, respeitando a vida útil, conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015. A taxa anual de amortização é de 20% para todo este grupo de ativos.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

### **Análise do valor recuperável dos ativos não-financeiros**

Para o exercício de 2022, com base nas premissas adotadas e nos cálculos apurou-se um excesso do valor em uso comparado ao valor contábil do ativo de R\$ 1.210, não havendo necessidade de provisão para *impairment* do Contrato de Concessão nº 04/2018.

As premissas do fluxo de caixa estão alinhadas com a norma NBC TG 01 (R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

As principais premissas utilizadas na elaboração do teste de recuperabilidade realizadas e projetadas foram:

- Fluxo de caixa real (sem inflação);
- Data-base do teste 31/12/2022;
- Dados de 31/12/2022;
- Período da análise: de 1º de janeiro de 2023 até 10 de dezembro de 2048;
- Taxa de desconto: WACC 7,15% em termos reais, conforme definido pela ANEEL para as empresas distribuidoras;
- Considerado o capital de giro e sua variação no fluxo de caixa;
- Investimentos previstos no “Plano de Negócios 2023-2030”;
- Premissa de mercado: mercado previsto no “Plano de Negócios 2023-2030”, com crescimento orgânico da energia injetada de 2,82% ao ano, e de acordo com crescimento do PIB, a partir de 2025;
- Tarifa: utilizada a última tarifa homologada pela ANEEL e novas projeções para as revisões tarifárias ordinária (em 2023) e os reajustes periódicos (2024 e 2025);
- Impostos e deduções da receita: utilizadas as mesmas alíquotas efetivas ocorridas em 2022;
- Encargos setoriais: utilizadas as informações do reajuste homologado em 2022;
- Encargos de Uso do Sistema: utilizada as informações do reajuste homologado em 2020;
- Perdas: utilizado o cenário considerado no “Plano de Negócios 2023-2030” (plano de combate às perdas), atingido os níveis regulatórios em 2022;
- Compra de energia:
  - Preço: utilizada a tarifa média de compra de energia dos contratos;
  - Quantidade: utilizar a energia efetivamente contratada e comparar com a energia necessária (mercado +perdas), se tiver sobre contratado vender o excedente nos mecanismos de venda MCSD, MVE e MCP; se tiver subcontratado comprar no MCP.
- PLD: previsão de 1 ano para cada submercado informado pela CCEE;
- PMSO: utilizado os valores previstos no “Plano de Negócios 2023-2030”; e
- Provisões: dados realizados até 31/12/2022 e novas projeções com base no “Plano de Negócios 2023-2030”.

**19. Fornecedores**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>		
Partes relacionadas (Nota 21)	48.293	19.212
Atem's Distribuidora de Petróleo S.A (a)	41.527	150.013
Azulão Geração de Energia S.A	36.616	-
Cooperlec	14.581	14.581
Norte Energia	9.142	2.400
Soenergy Sistemas	5.877	3.739
Aggreko	6.117	2.949
Empresa de Energia Cachoeira	2.526	1.360
Empresa de Energia São Manoel	1.022	550
North Tech Serviços em Energia Ltda	1.008	-
Norteletro	2.045	3.661
Palmaplan Energia	6.178	-
Bonfim Geração	4.529	-
Cantá Geração	4.717	-
Pau Rainha Geração	4.225	-
Santa Luz Geração	4.268	-
Outros fornecedores	19.255	57.718
	<b>211.926</b>	<b>256.183</b>
<b>Não circulante</b>		
Atem's Distribuidora de Petróleo S.A (a)	5.275	-
	<b>217.201</b>	<b>256.183</b>

a) Está incluído no saldo do fornecedor Atem's o valor de R\$ 11.733 mil do contrato de parcelamento firmado com a Companhia.

**20. Empréstimos e financiamentos**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Circulante</b>		
Eletrobras	13.700	14.998
Eletronorte (a)	60.147	60.065
Arrendamentos (b)	243.433	-
	<b>317.280</b>	<b>75.063</b>
<b>Não circulante</b>		
Eletrobras	133.247	127.915
Eletronorte (a)	480.263	476.048
Arrendamentos (b)	94.715	-
	<b>708.225</b>	<b>603.963</b>
	<b>1.025.505</b>	<b>679.026</b>

(a) A Companhia assinou em 28 de agosto de 2019 o Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívidas nº 001/2019 com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – Eletronorte para pagamento da dívida de R\$ 540.783 em 108 (cento e oito) parcelas com a primeira parcela vincendo em 30 de março de 2021 e a última parcela em 28 de fevereiro de 2030, com período de carência de 24 (vinte e quatro) meses. A taxa de juros pactuadas

de 124,75% (cento e vinte e quatro virgula setenta e cinco por cento) da taxa média dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI), calculados mensalmente, “*pro-rata-die*” sobre o saldo devedor corrigido. Os encargos sobre o saldo devedor deverão ser pagos mensalmente a partir do mês seguinte a assinatura do contrato durante o período de carência.

- (b) A Companhia registrou os contratos de arrendamento com Produtores Independentes de Energia - PIE's, conforme Nota Explicativa nº 15 – Direito de Uso, que atenderam o conceito da norma de contabilidade NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos. Esses passivos estão sendo amortizados pelo prazo dos contratos de arrendamento.

### Composição

Instituição/Linha credora	Encargos	Tipo de garantia	Vencimento final	2022	2021
	Selic + 0,5%				
Eletrobras ECF 2902/10	a.a.	Recebível	30/05/2026	10.861	13.323
Eletrobras ECF 0750/14	119% CDI a.a.	Não há	30/12/2024	13.745	20.726
Eletrobras ECF 3302/16	100% Selic a.a.	Não há	Não há	122.341	108.864
Eletronorte 001/2019	124% Selic a.a.	Não há	28/02/2030	540.410	536.113
Oliveira Energia nº 11246/16 e 10211/14 (*)	12,50 % a.a	Não há	30/09/2024	232.297	-
Oliveira Energia nº 14238/19 e 13467/19 (*)	12,50 % a.a	Não há	24/10/2023	34.690	-
Aggreko Energia nº 13258/19 (*)	12,50 % a.a	Não há	31/12/2023	28.270	-
SoEnergy Sistemas nº 14437 e 14438/19 (*)	12,50 % a.a	Não há	31/12/2023	42.891	-
				<b>1.025.505</b>	<b>679.026</b>

(\*) Vide Nota Explicativa nº15 – Direito de Uso

Nos Contratos em que não há cláusulas de garantia específicas, as garantias são as receitas próprias da Companhia e não existem cláusulas restritivas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

### Movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Eletrobras	142.913	-	16.014	(2.023)	(9.957)	146.947
Eletronorte	536.113	-	74.648	(10.286)	(60.065)	540.410
Arrendamentos	-	602.867	15.666	(15.666)	(264.719)	338.148
	<b>679.026</b>	<b>602.867</b>	<b>106.328</b>	<b>(27.975)</b>	<b>(334.741)</b>	<b>1.025.505</b>

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captações	Juros incorridos	Juros pagos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Eletrobras	146.773	-	7.052	(1.242)	(9.670)	142.913
Eletronorte	560.909	-	30.459	(5.201)	(50.054)	536.113
CCEE	114.557	-	-	-	(114.557)	-
Arrendamentos	69.171	-	5.845	(5.845)	(69.171)	-
	<b>891.410</b>	<b>-</b>	<b>43.356</b>	<b>(12.288)</b>	<b>(243.452)</b>	<b>679.026</b>

**21. Transações com partes relacionadas**

A Companhia tem como principais partes relacionadas seus acionistas, seus administradores, seus consanguíneos, bem como entidades ligadas.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios em 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações que estão detalhados abaixo:

**Remuneração de Administradores**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Honorários	4.726	3.436
Encargos Sociais	956	370
Benefícios	291	32
	<b>5.973</b>	<b>3.838</b>

**Fornecedores**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Oliveira Energia S.A	46.696	19.212
Itam - Industria de Transformadores	1.597	-
	<b>48.293</b>	<b>19.212</b>

**Compra de energia e Materiais e Serviços**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Resultado</b>		
Oliveira Energia S.A	186.371	290.994
Itam - Industria de Transformadores	8.464	-
	<b>194.835</b>	<b>290.994</b>

**22. Pesquisa e Desenvolvimento**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Circulante	34.092	2.782
Não Circulante	1.608	24.715
	<b>35.700</b>	<b>27.497</b>

Com base nas conclusões apontadas na Nota Técnica nº 92/2022-SFF/ANEEL, de 1 de junho de 2022, e na análise de manifestação no âmbito da fiscalização Econômica e Financeira da movimentação financeira dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética – PEE, foi determinado que a Companhia realizasse o recolhimento dos valores registrados no Não Circulante, fato este que justifica a variação de um exercício para outro nas rubricas de Pesquisa e Desenvolvimento.

### 23. Provisões para contingências

Natureza	2022		2021	
	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisões Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas (a)	19.393	1.136	52.221	780
Cíveis (b)	12.313	(219)	31.221	55
Tributárias (c)	20.177	8.800	27.071	8.533
Regulatórias (d)	14.185	15.119	13.358	14.669
	<b>66.068</b>	<b>24.836</b>	<b>123.871</b>	<b>24.037</b>

- (a) Referem-se vínculo laboral, danos morais e/ou materiais, adicionais de periculosidade, diferenças salariais e encargos previdenciários vinculados a causas trabalhistas, sendo que a principal variação no exercício é decorrente das baixas das provisões da Causa Trabalhista vinculada Demissão em Massa no valor de R\$ 24.246 e Participação de Resultados-PLR de 2015/2016 no valor de R\$ 7.500 mil.
- (b) Referem-se a ações indenizatórias que alegam suposta cobrança indevida de fatura de energia, por danos morais e/ou materiais, sendo que a principal variação no exercício é decorrente das baixas das provisões da Petrobras no valor de R\$ 15.093, e do Ministério Público no valor de R\$ 5.950 mil.
- (c) Referem-se as causas vinculadas ao Auto de Infração nº 27/2007 relativo a transferência de crédito indevida de ICMS ocorrida com a Centralização de Escrituração Fiscal e Auto de Infração nº 0020/93 relativo a transferência indevida de ICMS na transferência dos Ativos da Eletronorte no valor de R\$ 10.406, e Mandado de Segurança nº 1003417-85.2020.4.01.4200 no valor de R\$ 7.385, a principal variação no exercício é decorrente da baixas de provisões ao Auto de Infração nº 5623/2021 no valor de R\$ 8.879.
- (d) Refere-se a penalidades aplicadas nos Autos de Infração nº 026/2009 e 106/2009 pela Aneel por transgressões de índices de qualidade DIC/FIC e descumprimento do TAC nº 012010, respectivamente.

### Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis

Descrição	01/01/2022	Constituição	Baixas	Atualização	Reversões	31/12/2022
Trabalhistas	52.221	4.959	(3.847)	4.922	(38.862)	19.393
Cíveis	31.221	4.046	(251)	4.566	(27.269)	12.313
Fiscais	27.071	240	-	1.058	(8.192)	20.177
Regulatórias	13.358	-	-	890	(63)	14.185
	<b>123.871</b>	<b>9.245</b>	<b>(4.098)</b>	<b>11.436</b>	<b>(74.386)</b>	<b>66.068</b>

  

Descrição	01/01/2021	Constituição	Baixas	Atualização	Reversões	31/12/2021
Trabalhistas	21.634	33.593	-	14.128	(17.134)	52.221
Cíveis	43.698	21.638	(100)	(20.258)	(13.757)	31.221
Fiscais	17.596	16.675	-	15.013	(22.213)	27.071
Regulatórias	13.261	-	-	8.620	(8.523)	13.358
	<b>96.189</b>	<b>71.906</b>	<b>(100)</b>	<b>17.503</b>	<b>(61.627)</b>	<b>123.871</b>

**Demandas não provisionadas**

Não foram provisionadas por representarem baixo risco de perda para a Companhia (possível), conforme opinião dos consultores jurídicos e estão demonstradas a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Trabalhistas	943	1.959
Cíveis (a)	809.003	550.919
Fiscais	70.542	-
	<b>880.488</b>	<b>552.878</b>

a) A Composição das principais ações Cíveis são:

- Ação movida pelo Ministério Público Federal exigindo a realização de estudo de impacto ambiental na instalação de Usinas no Estado de Roraima.
- Causa movida pelo Governo do Estado de Roraima por Inscrição indevida no CADIN;
- Causa movida pela Companhia Energética de Roraima para pagamento de Energia Fornecida pela UHE de Jatapu.

**Processos de polo ativo**

Em janeiro de 2019 foi deferida liminar em favor da Companhia para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a partir da data do pleito a Companhia alterou o seu procedimento de apuração em 2019. Adicionalmente, a Companhia está pleiteando o crédito retroativo aos últimos 5 anos, referente ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, cujo prognóstico de êxito é provável, o valor a ser restituído pela Receita Federal atualizado até dezembro de 2022 é R\$ 46.184.

Até o presente momento não houve o transito em julgado desse processo.

**24. Passivos da CERR – Companhia Energética de Roraima**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Passivo da CERR (a)	-	29.276
		-
		<b>29.276</b>

(a) A Companhia liquidou a dívida decorrente da aquisição dos Ativos da CERR, no primeiro semestre de 2022.

**25. Outras contas a pagar**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Passivo</b>		
Contribuição Iluminação Pública-CIP	7.680	3.620
Consumidores (a)	6.916	350
Empregados	-	45
Outros	4.517	381
	<b>19.113</b>	<b>4.396</b>

**26. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 1.202.323 representado por 563.628.257 ações ordinárias nominativas. O capital social tem a seguinte composição:

<b>Acionistas</b>	<b>Valor em MR\$</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>% Part. 31/12/2022</b>
Oliveira Energia	1.105.617	518.293.747	91,96%
Empregados e aposentados	96.706	45.334.510	8,04%
	<b>1.202.323</b>	<b>563.628.257</b>	<b>100,00%</b>

**27. Receita líquida**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecimento de energia elétrica (a)	657.743	586.833
Energia elétrica de curto prazo (b)	149.746	85.412
Uso da rede de distribuição (a)	111.994	97.253
Receita de construção (c)	90.840	36.802
Parcela "A" - CVA (d)	51.552	6.866
Outras receitas (e)	42.242	54.488
	<b>1.104.117</b>	<b>867.654</b>
Deduções (f)	(263.098)	(338.067)
<b>Receita líquida</b>	<b>841.019</b>	<b>529.587</b>

a) Fornecimento de energia elétrica, detalhes de abertura do saldo, conforme abaixo:

	<b>Consumidores</b>		<b>MHW</b>		<b>Saldo</b>	
	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	170.957	152.679	61.411	58.566	364.664	334.773
Industrial	457	444	3.016	2.826	15.493	13.963
Comércio, serviço e outras atividades	14.404	12.867	26.680	24.127	156.411	133.509
Rural	10.078	20.967	6.180	6.144	31.617	28.317
Poder público	2.303	2.185	10.938	9.057	60.495	48.419
Iluminação pública	171	168	4.144	4.232	14.350	13.854
Serviço público	342	317	3.410	3.496	14.713	13.998
	<b>198.712</b>	<b>189.627</b>	<b>115.779</b>	<b>108.448</b>	<b>657.743</b>	<b>586.833</b>

Em outubro de 2021, por meio da Resolução nº 2968/2021, homologou o resultado do reajuste anual de 2021, correspondendo a um efeito médio positivo de 1,25%, com vigência de novembro de 2021 a outubro de 2022. Em novembro de 2022, por meio da Resolução nº 3133/2022, homologou o resultado do reajuste anual de 2022, correspondendo a um efeito positivo médio de 27,10%, com vigência de novembro de 2022 a outubro de 2023.

b) Valores comercializados junto a CCEE, cuja previsão inicial era da Companhia estar interligada no Sistema Interligado Nacional- SIN, a partir de janeiro de 2018. Em 2020 Companhia pleiteou junto a ANEEL a cobertura dos impactos financeiros decorrentes da assimetria gerada pela não interligação ao SIN. Em 2021 foi aprovado o pleito da Companhia, ficando decidido que a Energia comprada dos Contratos de Leilões seriam



repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para os Agentes Distribuidores de Energia que pagariam diretamente a Companhia.

- c) A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual ao WACC (Weighted average cost of capital) -Taxa de Remuneração do Capital, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a de distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível e financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- d) Refere-se as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes.
- e) Outras receitas operacionais, conforme detalhado abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Renda de prestações de serviços	3.608	5.099
Arrendamento, aluguéis de bens	7.768	3.149
Subvenções e baixa renda	16.142	17.413
receita de atualização a Valor Justo	12.391	28.219
Outras	2.333	608
	<b>42.242</b>	<b>54.488</b>

- f) Deduções das receitas operacionais

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
ICMS	(117.657)	(107.060)
PIS/COFINS	(81.594)	(199.608)
ISS	-	(96)
Encargos PEE	(3.764)	(2.216)
Encargos P&D	(3.764)	(2.216)
CDE	(54.242)	(24.997)
Taxa de fiscalização	(2.077)	(1.874)
	<b>(263.098)</b>	<b>(338.067)</b>

A partir do ano de 2018 foi cobrado PIS e COFINS também sobre os valores recebidos sobre os Subsídios da CCC-Conta de Consumo de Combustíveis para atendimento da Norma da Receita Federal do Brasil – RFB, através da Solução de Consulta Interna nº 4 - COSIT.

**28. Custos e despesas operacionais**

Descrição	2022	2021
<b>Custos operacionais</b>		
<b>Custo com energia elétrica</b>		
Energia adquirida para revenda – MCP (a)	(130.492)	(120.969)
Energia adquirida para revenda - CCESI	(501.022)	-
Locação de grupos geradores (b)	(306.801)	(153.032)
Encargos de Transmissão	(2.197)	-
Reversão de gastos com grupo geradores	280.386	71.467
Depreciação de direitos de uso (b)	(264.719)	(66.768)
Tributos Recuperáveis(b)	120.048	-
	<b>(804.797)</b>	<b>(269.302)</b>
<b>Custo com matéria-prima e insumos</b>		
Consumo de combustível (c)	(1.293.037)	(1.536.315)
Reembolso de CCC (d)	1.720.623	1.523.259
	<b>427.586</b>	<b>(13.056)</b>
<b>Custo com pessoal, material e serviços</b>		
Pessoal (e)	(21.849)	(25.019)
Material	(4.169)	627
Serviços de terceiros	(37.958)	(34.423)
	<b>(63.976)</b>	<b>(58.815)</b>
<b>Outros custos</b>		
Depreciação e amortização	(19.975)	(19.326)
Custo de construção	(90.840)	(40.874)
	<b>(110.815)</b>	<b>(60.200)</b>
	<b>(552.002)</b>	<b>(401.373)</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
<b>Despesa com provisão para perdas esperadas de crédito</b>		
Constituição (f)	(121.470)	(51.242)
Reversão (g)	153.557	60.495
	<b>32.087</b>	<b>9.253</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>		
Pessoal (e)	(13.378)	(16.675)
Administradores (e)	(5.973)	(3.838)
Entidade da previdência privada	(795)	(767)
Material	(1.960)	(887)
Serviços de terceiros	(25.594)	(32.989)
Depreciação e amortização	(1.396)	(3.218)
Despesa (estorno) com provisão para riscos trabalhistas e cíveis	65.141	24.170
Outras despesas	(9.056)	(32.599)
	<b>6.989</b>	<b>(66.803)</b>
	<b>39.076</b>	<b>(57.550)</b>

(a) Energia revendida no MCP-Mercado de Curto Prazo, pois a Companhia não está interligada a SIN-Sistema Interligado Nacional, e o aumento foi em virtude da liquidação financeira do DSP 2300/19 considerado como receita.

- (b) O motivo da redução da despesa com locação de geradores foi a adoção da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos e o registro da depreciação do direito de uso referentes aos valores depreciados dos bens conforme NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos.
- (c) A redução deve-se aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica e Potência nos Sistemas Isolados – CCESI para geração de energia.
- (d) Aumento deve-se ao fato da Companhia está gerando energia e ao CCESI, elevando-se os custos e conseqüentemente o valor do reembolso mensal, em 2021 foi incluída a recuperação de 100% dos tributos.
- (e) A causa da redução foi apropriação mão de obra própria nos ativos que constituem a base de renumeração regulatória.
- (f) O aumento deve-se basicamente a constituição com a Classe Serviços Públicos-CAERR e Inadimplência da Classe Residencial.
- (g) O motivo do aumento da reversão é devido principalmente à baixa do contas a receber da Classe Poder Público com o Precatório do Governo do Estado, baixa devido parcelamentos da Classe Residencial e baixa do Contrato de parcelamento da Classe Serviço Público-CAERR.

**29. Resultado financeiro líquido**

Descrição	2022	2021
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	5.739	844
Variação monetária ativa <b>(a)</b>	64.949	16.726
Atualização ativo regulatório - parcela "A"	1.056	299
Juros Remuneratórios CCC	6.691	11.686
Ganhos Pelo Valor de Indenização	-	6.198
Outras receitas financeiras	6.454	7.436
	<b>84.889</b>	<b>43.189</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de dívidas <b>(b)</b>	(92.517)	(7.065)
Variação monetária passiva	(14.772)	(26.051)
Acréscimos moratório sobre energia <b>(c)</b>	-	(30.459)
Juros sobre contratos de arrendamento <b>(d)</b>	(15.666)	(2.296)
Juros sobre contratos de parcelamentos <b>(e)</b>	(17.411)	-
Atualização de litígios/Contingências	(11.436)	-
Outras despesas financeiras	(4.329)	(5.755)
	<b>(156.131)</b>	<b>(71.626)</b>
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(71.242)</b>	<b>(28.437)</b>

(a) Na liquidação do precatório do Governo do Estado de Roraima o valor de R\$ 40.350 mil e atualização dos contratos de parcelamentos de energia da campanha na regularização de débitos com energia elétrica;

(b) Encargos do serviço da dívida dos contratos registrados como empréstimos e financiamentos junto à Eletrobras e Eletronorte;

(c) Os juros dos parcelamentos sobre energia comprada junto a Eletronorte, foram reclassificados para encargos de dívidas;

(d) Juros sobre os contratos de Arrendamento; e

(e) Juros sobre o contrato de parcelamento com a empresa ATEM'S.

**30. Imposto de renda e contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

**30.1 Apuração do lucro fiscal**

<b>Descrição</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>256.851</b>	<b>42.227</b>
<b>(+) Adições</b>	<b>245.510</b>	<b>308.698</b>
Provisões com perdas esperadas	171.882	17.303
Provisões com contingências cíveis	46.675	16.075
Provisões com contingências trabalhistas	19.393	33.596
Receitas de exercícios anteriores	-	241.368
Outras	7.560	356
<b>(-) Exclusões</b>	<b>227.148</b>	<b>168.401</b>
Reversão provisões com perdas esperadas	88.714	60.495
Reversão de contingências trabalhistas	52.224	17.134
Reversão de contingências cíveis	71.647	22.870
Baixas de provisões com perdas esperadas	-	21.804
Receita de subvenções ICMS (a)	14.563	17.810
Atualizações a Valor Justo - AVJ	-	28.219
Outras	-	69
<b>Base de cálculo antes da dedução prejuízos fiscais</b>	<b>275.213</b>	<b>182.524</b>
Deduções prejuízo fiscal	(82.564)	(55.043)
<b>Base de cálculo Tributável</b>	<b>192.649</b>	<b>127.481</b>
Despesa com IRPJ	(47.851)	(31.509)
Despesa com CSLL	(17.388)	(11.518)
Reversão de Impostos Diferidos	-	4.995
IRPJ diferidos	67.282	-
CSLL diferidos	24.221	-
<b>Despesa com Impostos</b>	<b>26.264</b>	<b>(38.032)</b>
Reservas de Subvenção (b)	42.506	31.509
	<b>68.770</b>	<b>(6.523)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-26,77%</b>	<b>14,81%</b>

(a) A Companhia usufruiu da exclusão de receitas de subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014.

(b) Incentivos fiscais regionais – Redução IRPJ (SUDAM) Em 2019 a Companhia obteve aprovação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM do pedido de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2019 a 31/12/2028.

### **30.2 Créditos fiscais não ativados**

Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de prejuízo fiscal (IRPJ) e de base negativa de CSLL eram de R\$ 198.141 e de R\$ 81.117, respectivamente (R\$ 286.124 e de R\$ 115.298, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

### **31. Instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros de acordo com a norma NBC TG 48 – Instrumentos financeiros.

#### **Classificação**

##### **Ativos financeiros**

- Caixa e equivalentes de caixa - mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- Clientes - registrados pelo seu valor nominal e mensurados pelo custo amortizado. Os créditos renegociados (parcelamentos) são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento e mensurados pelo custo amortizado.
- Ativo financeiro (vinculados a concessão) – mensurados pelo valor justo por meio do resultado, representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão.
- Direitos de ressarcimento – registrados pelo seu valor nominal e mensurados pelo custo amortizado.
- Ativos setorial – registrados pelo valor nominal e mensurados pelo custo amortizado.

##### **Passivos financeiros**

- Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.
- Empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

#### **Gestão de riscos financeiros e operacionais**

A Administração da Companhia segue a orientação do Conselho de Administração na gestão de riscos financeiros e operacionais.

Os principais riscos identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. A política da Companhia considera o risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. O acompanhamento dos prazos concedidos são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber de clientes. Para recuperação da inadimplência a Companhia atua por meio de: Programas de renegociação dos débitos pendentes; Suspensão

do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; Contratação de empresa especializada na cobrança de contas em atraso; e Cobrança judicial. Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a aplicação financeira apenas em instituições oficiais utilizando-se de fundos de investimentos com risco baixo.

### Contas a receber

O contas a receber da Companhia é composto pelas faturas de energia elétrica e pelos parcelamentos de débitos das contas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

As Companhias estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 414 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia registrara uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 05 – Clientes.

Para o exercício findo Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, por classe consumidora, estava assim apresentada:

### Distribuição

Classe consumidora	2022					Total
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Suprimento		
Residencial	68.434	13.978	51.285	-		133.697
Industrial	3.686	113	2.460	59		6.318
Comercial	26.136	2.742	3.610	-		32.488
Rural	4.983	685	549	-		6.217
Poder público	12.786	424	11.556	-		24.766
Iluminação pública	3.246	32	1.885	-		5.163
Serviço público	6.987	228	29.130	-		36.345
	<b>126.258</b>	<b>18.202</b>	<b>100.475</b>	<b>59</b>		<b>244.994</b>

Classe consumidora	2021				Total
	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Suprimento	
Residencial	71.269	8.428	39.031	-	118.728
Industrial	2.591	57	3.184	2.908	8.740
Comercial	18.983	1.713	5.004	-	25.700
Rural	5.073	911	2.102	-	8.086
Poder público	9.765	278	10.851	-	20.894
Iluminação pública	2.791	45	1.113	-	3.949
Serviço público	9.858	144	28516	-	38.518
	<b>120.330</b>	<b>11.576</b>	<b>89.801</b>	<b>2.908</b>	<b>224.615</b>

### **Avaliação da perda esperada de crédito de liquidação duvidosa para clientes (contas a receber)**

Os saldos relacionados a consumidores e suprimento estão sujeitos à análise de perdas de créditos esperadas conforme a norma contábil aplicada. A Companhia utilizou uma abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento do contas a receber, cujos os percentuais de adimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado de cada mês. A Companhia utilizou uma base de 12 meses, segregado por classe de consumo e a Administração considera suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

### **Caixa e equivalente de caixa**

A Companhia detém caixa e equivalentes, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 224.887 e R\$ 81.004 em 31 de dezembro de 2021.

O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating acima AA-, baseado nas agências de rating Fitch Ratings e Standard & Poors.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

### **Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.**

A Administração da Companhia, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

#### **b) Risco de liquidez:**

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros (quadro abaixo com valores futuros com fluxos não descontados), em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria financeira.

**RORAIMA ENERGIA S.A.**

Notas explicativas as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Fluxos de caixa contratuais</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Superior a 1 ano</b>
Fornecedores	217.201	(217.201)	(211.926)	(5.275)
Empréstimos e financiamentos	1.025.505	(1.025.505)	(317.280)	(708.225)
Outras contas a pagar	19.113	(19.113)	(19.113)	-
	<b>1.261.819</b>	<b>(1.261.819)</b>	<b>(548.319)</b>	<b>(713.500)</b>

a) Risco com taxa de juros:

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da foi demonstrada em três cenários. Um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I1) e com efeito inverso de -25% (Cenário II) dos indexadores.

**Análise de sensibilidade**

	Saldo em	Índice	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário	Cenário I	Cenário II
			provável	-25%	25%	provável	-25%	25%
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>2022</b>	<b>% a.a.</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>Valor R\$</b>
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras (CDI)	195.491	13,75	12,38	9,28	15,47	197.910	197.305	198.515
Contas a Receber – Parcelamento (IPCA)	100.475	7,17	5,93	4,45	7,41	101.071	100.922	101.220
	<b>295.996</b>					<b>298.981</b>	<b>298.227</b>	<b>299.735</b>
<b>Efeito no resultado</b>						<b>3.015</b>	<b>2.261</b>	<b>3.769</b>
<b>Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos (SELIC)	1.025.505	13,75	12,38	9,28	15,47	1.038.196	1.035.023	1.041.368
Parcelamentos (CDI)	11.733	7,17	5,93	4,45	7,41	11.803	11.785	11.820
	<b>1.037.238</b>					<b>1.049.999</b>	<b>1.046.808</b>	<b>1.053.188</b>
<b>Efeito no resultado</b>						<b>(12.722)</b>	<b>(9.541)</b>	<b>(15.902)</b>

O índice utilizados para Ativos Financeiros foi a média dos rendimentos nos últimos 12 meses dos Bancos do Brasil, Basa e Caixa Econômica onde estão aplicados os ativos.

O cenário provável utilizados para os índices para o Ativo Financeiro, foi o CDI futura.

O índice utilizados para Passivos Financeiros foi a média dos juros nos últimos 12 meses dos Empréstimos junto a Eletrobrás e Eletronorte.

O cenário provável utilizados para os índices do passivo Financeiro, foi o CDI futura.



### **32. Eventos subsequentes**

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

#### **RORAIMA ENERGIA S/A**

MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN  
Diretor Presidente

ORSINE R. DE OLIVEIRA  
Diretor Vice-Presidente

RODRIGO MOREIRA  
Diretor Comercial

JOAQUIM ROBERTO RODRIGUES MOREIRA  
Diretor Administrativo

JIMMY LUZ COSTA  
Diretor Financeiro

MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA  
Diretora Regulatória e Jurídica

SARASSELE CHAVES RIBEIRO FREIRE  
Diretoria de Relações Institucionais

CYDIA STEYFANE MELO BARBOSA BEZERRA  
Contadora CRC-CE 17758/O-9 T